

Estúdio de Caso

O Caso da Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí

“” 0

A comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí localiza-se no município costeiro de Angra dos Reis-RJ, na mesorregião Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, inserido na macrorregião Sudeste do Brasil. Uma das 39 comunidades remanescentes de quilombos certificadas no Estado pela Fundação Cultural Palmares, a comunidade de Santa Rita do Bracuí está assentada nos relevos acidentados da Serra do Mar, quando esta beira o litoral sul do Rio de Janeiro, recheada de vegetação típica de mata atlântica. Característica esta que, inclusive, inspirou a forma como a região de Angra dos Reis e municípios em seu entorno é hoje conhecida como Costa Verde.

Mapa 1: Localização da Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Rita do Bracuí



A biodiversidade, expressa na fauna e na flora, é característica da região da Costa Verde, repleta de Unidades de Conservação como parques estaduais, reservas ecológicas e áreas de proteção integrada. Assim, a dimensão físico ecológica da região é

escravizados no período pós 1850². Nesse período, o tráfico ilegal, a produção de aguardente e a cana de açúcar eram as principais forças econômicas da região. Segundo Corrêa (2018), essas atividades trouxeram impacto direto na ocupação e criação de redes de comércio. O número de negros escravizados expulsos de suas terras e trazidos pelas forças escravocratas para a região entre os anos 1800 e 1830 nos dá uma ideia do contingente negro da população da Costa Verde: foram mais de 30 mil indivíduos.

O aumento da fiscalização com o fim do tráfico legal somado a crise do café no estado do Rio de Janeiro impactou diretamente a produção de aguardente e as plantações de cana de açúcar. Dessa forma, no início do século XX, o cenário de perda de interesse econômico na região incorporado ao fim da escravidão, como prática legal do Estado, fez com que as terras da Costa Verde fossem perdendo interesse de seus fazendeiros.

As primeiras gerações da comunidade do quilombo Santa Rita do Bracuí garantem o acesso à terra neste contexto. No entanto, é somente com retomada do interesse sobre as terras da região sul fluminense, na segunda metade do século XX, que a comunidade se reconhece como quilombola e desenvolve estratégias de r-existências para garantia de permanência em seus territórios de vida.

O acesso à terra em Santa Rita do Bracuí remete ao período do fim da escravidão no Brasil, nas últimas décadas do século XIX. A doação da terra pelo fazendeiro proprietário José de Souza Breves é considerado o primeiro marco temporal e territorial para pensar a formação da comunidade. O testemunho do antigo fazendeiro deixa algumas informações relevantes aos trabalhadores escravizados que residiam em sua fazenda, como a doação da terra aos mesmos; as áreas de uso comum, acessíveis a todos os moradores e moradoras; e a divisão das terras entre os ex escravos da fazenda, com áreas que variam de 1 a 5 alqueires.

Apesar de constar na memória da comunidade, elemento fundamental na formação sócio espacial do quilombo Santa Rita do Bracuí, o testemunho do antigo fazendeiro só foi utilizado como estratégia de luta a partir dos anos 1970. No entanto, alguns conflitos fundiários marcaram a luta pela permanência da terra dos integrantes da comunidade ao longo do século XX, implicando em processos de desterritorialização de parte da população. Disputas por terra/território durante este período inauguram um processo de maior organização da comunidade frente às disputas pela permanência na terra. (Corrêa, 2018). O histórico de lutas travadas por diferentes gerações é marcado por grilagens, criação de associações que buscavam tomar as terras e processos jurídicos contrários aos seus interesses.

No entanto, até o final dos anos 1960 a comunidade permanecia com boa parte do território que ocupava tradicionalmente. Corrêa (2018) assinala que a fragmentação do território, após diversos processos de luta e resistência, se inicia na década de 70.

Isso porque entre o final do século XIX e o início do século XX a região da Costa Verde ficou isolada dos processos de urbanização e integração regional, em escala

² Ano de publicação da Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de negros em situação de escravidão para o Brasil.

estadual e nacional. Do ponto de vista econômico, a retomada de crescimento regional no sul do Estado do Rio de Janeiro só se deu na segunda metade do século XX, principalmente durante os anos da ditadura civil militar que trouxe profundas transformações no território nacional. Neste contexto, o desenvolvimento através de obras de infraestrutura, industrialização e rodovias de integração nacional trouxe marcantes modificações na paisagem da Costa Verde e ocasionou em conflitos territoriais ao longo dos municípios de Angra dos Reis e Paraty.

Alguns dos projetos de desenvolvimento mais marcantes do período na região foram a instalação do estaleiro Verolme (atual BrasFELS); as usinas nucleares Angra I e II; o Terminal da Ilha Grande – Petrobras; e a obra mais impactante, a construção da rodovia Rio-Santos ou BR-101. A rodovia foi determinante ao alterar as dinâmicas de ocupação e circulação, além de resultar em um processo de especulação imobiliária e conflitos territoriais entre o signo do progresso e os povos e comunidades tradicionais que habitam a região. (CORRÊA, 2018)

Segundo Corrêa (2018), por atravessar todos os municípios do Sul Fluminense, a construção da BR 101 alterou a dinâmica de diversas áreas, seja através de remoções diretas ou pela especulação e ocupação de suas margens, por condomínios de luxo ou populações que foram expulsas de outras localidades.

Assim, Corrêa (2018) assinala que a partir dos anos 1970 podemos observar uma série de conflitos em toda a região, especialmente aqueles relacionados a especulação imobiliária; a construção de condomínios de luxo e casas de veraneio; implementação de grandes empreendimentos turísticos; existência de reservas ambientais; e os povos e comunidades tradicionais.

A intensidade de conflitos fundiários na região, a partir dos anos 1970, relacionados à abertura da rodovia, nos levam a refletir como o processo de modernização e integração trata populações já estabelecidas como populações inexistentes. O processo que foi promovido na época trouxe graves consequências para esses grupos, que se encontravam em seu caminho e em situação de vulnerabilidade, devida a falta de ausência de titulação de suas terras, como é o caso dos integrantes da comunidade de Santa Rita do Bracuí. Situação comum, aliás, àqueles que existem à margem do Estado.

Os impactos desse processo de invasão de territórios, sentido na pele por aqueles que foram invadidos, está presente em diversos relatos, como no de Manoel Moraes, quilombola de Santa Rita do Bracuí, que diz:

“A estrada... essa daí quando chegou, chegou derrubando tudo. Derrubou mais foi muito bananal e cortou a vida da gente no meio, pois riscou a fazenda de Santa Rita em dois pedaços.”

A BR-101 foi construída sobre o território quilombola, dividindo-o em dois e afetando de forma violenta a vida daqueles que não foram sequer consultados, complementa sr. Manoel:

“De primeiro, eu mais minha primeira família morava lá em cima do morro, ali perto da pousada, já entrando pro sertão, do lado

esquerdo do rio, mas apareceu uma rachadura na minha casa, por conta de uma rachadura no morro...”

Assim, as condições para se viver foram sendo eliminadas, continua sr. Manoel, que demonstra atenção e conhecimento da natureza e dos impactos das mudanças ao seu redor:

“Eu não sabia o que era aquilo mas podia ser por causa da estrada, a estrada cortou uma água que eu mas minha família bebia, desviou o curso da natureza né, então podia ser por causa disso.”

Dessa forma, vítimas da invasão, as famílias são obrigadas a buscar soluções para continuar existindo, muitas vezes, obrigadas a sair de suas casas, em um deslocamento forçado que pela impossibilidade de continuar no mesmo lugar, dadas as condições é comparável a uma situação de expulsão ou despejo. Conclui assim o seu relato, sr. Manoel:

“Fiquei com medo, o buraco era muito grande. Então resolvi descer... Desci e fui morar no mesmo rumo mas pro lado da beira mar, perto da igreja de São José., num lugar que meu pai tinha costume de fazer as roças dele. Porque aqui a gente tinha o lugar de morar e tinha também o lugar de fazer a roça, plantar... então fui morar lá”.³

No decorrer dos anos 1970 e 1980 a comunidade passou pelo período de maior fragilidade no sentido da permanência no território. As obras da rodovia, as construções imobiliárias e os projetos de desenvolvimento foram acompanhadas de desapropriações e deslocamento de muitas famílias. O retorno do interesse econômico na Costa Verde trouxe fazendeiros para a região, o que fomentou a venda de terras e resultou em perdas territoriais para comunidade de Santa Rita do Bracuí.

O depoimento da falecida moradora da comunidade, Dona Joana Azevedo, nos mostra o combate às práticas de desterritorialização respaldadas pelo estado, no período de maior conflitividade na região. Associada à eliminação das condições de reprodução da vida para a população quilombola, a especulação fundiária promovida pela abertura da rodovia trouxe fazendeiros para a região, o que resultou em mais pressões sobre as terras quilombolas. Dona Joana, moradora já falecida da comunidade, relatou uma dessas situações:

“Um dia chegou um homem aqui, de terno, pasta, boa veste e disse que era oficial de justiça. Veio acompanhado de mais oito homens que pelo jeito que tava vestido nós via que era polícia. Chegou, bateu aí na minha porta e eu fui atender, então ele disse: Dona Joana, eu sou oficial de justiça e sobrinho do chefe que comprou Bracuí. A senhora sabe que tem muita gente sendo despejada daqui porque meu tio comprou essa terra e é dono daqui.”

³ Depoimento retirado de Manuel Moraes, 2009. (Manoel Moraes apud MATTOS Et.al., 2009, p.68/69)

Muitas das vezes essas pressões dão-se pela legalidade, através de oficiais de justiça ou mandatos, mas geralmente confundem-se com o abuso do poder e exercício privado da violência. A grilagem de terras, processo fraudulento de obtenção da propriedade de terra é também prática comum nesses casos. De todo modo, o que importa aqui é que se ignora a existência da comunidade e dos quilombolas como legítimos posseiros da terra, e aplicam-se às mais variadas formas de violência para exercer a expropriação de suas terras. Dona Joana continua, relatando as palavras do oficial:

“Vim aqui avisar pra senhora que se dentro de dezessete dias a senhora não sair daqui nós voltamos aqui e botamos fogo na sua casa, então é bom a senhora sair daqui por bem porque de outro modo a senhora sai por mal e de qualquer jeito, sem casa, sem nada que nem o resto do pessoal que teimou com a gente. A gente tira as coisas da senhora da casa e bota fogo nela!

A dignidade presente da corajosa resposta de Dona Joana ao oficial demonstra também a capacidade de resistência que a comunidade quilombola possui ao afirmar sua ancestralidade enraizada no território:

“Então eu disse assim,ô doutor, vou falar uma coisa pro senhor; nessa casa nasceu meu bisavô, meu avô, meu pai, eu e meus irmãos...se senhor quiser vim aqui pra tomar um café, comer uma comidinha de pobre o senhor é bem recebido, mas se o senhor tá pensando em botar fogo na minha casa, fique sabendo que não entra nela não! Nem o senhor nem ninguém do governo!”

E, como símbolo da resistência quilombola frente as ações violentas respaldadas pelo Estado, Dona Joana conclui:

“(...) Porque quem manda na minha casa primeiro é Deus, depois eu e depois o meu marido! Minha casa é pobre, mas exijo respeito. O senhor botou fogo na casa da Deodato, na casa do Diniz, e saiu campando, mas na minha não põe não que eu não deixo. Posso respeitar o senhor como homem, mas não como agressor. O senhor fez e faz isso com essa gente porque eles calçam sapato da biqueira pro calcanhar mas comigo o senhor não vai fazer isso não!”(Joana Azevedo dos Santos: fevereiro de 2009 apud MATTOS et.al., 2009, p. 70)”.

No último quartel do século XX, portanto, a comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí enfrentou conflitos fundiários que acarretaram em processos de desterritorialização e perdas territoriais. Alguns casos emblemáticos marcam a memória dos quilombolas, como a construção do Condomínio Porto Bracuí, que ocasionou em processos de demarcação territorial, instalações de porteiros e perda da qualidade da água do rio Bracuí, além de questões subjetivas relacionadas ao afeto dos

moradores com os espaços de vivência, que ao passo em que o progresso ingressa na região, iam se perdendo.

Para a efetivação das obras do Condomínio, a empresa responsável fez uso de pedras e seixos do alto curso do rio, prejudicando o leito e as margens. O depoimento de um dos integrantes da comunidade é categórico:

“Foi muito triste ver a destruição chegando sem poder fazer nada! Era margem, era pedra, era areia, tudo sumindo! O rio grande sempre nos tirou do aperto porque na entressafra da roça era dali que a gente tirava nosso sustento. Tinha muito peixe e camarão. A água era limpa, uma beleza! Foi indo eles acabaram com o rio... E todo mundo também ficava com medo por causa das enchentes, o rio já dava muito susto na gente na época de chuva. Com tanta destruição o que é que ira acontecer?” (Rita Adriano da Silva: abril de 2009 apud MATTOS eT. al., 2009, p. 76)

Como ato de resistência aos impactos do progresso, registra-se o cordão humano que ao reunir 56 pessoas conseguiu impedir a entrada de máquinas que trabalhavam na extração de pedras e seixos. Violentemente reprimido pelas forças policiais do estado, o protesto teve intervenção da polícia com a anuência do poder público.

Neste mesmo período, em uma dimensão sociocultural, a comunidade enfrentou um processo de adormecimento e retomada da prática cultural do Jongo e começou a desenvolver a luta emancipatória através da ancestralidade. Relatos de quilombolas mais antigos da comunidade nos mostram que no contexto de conflitos acima evidenciado, com a pressão dos empreendimentos e projetos, os moradores trabalhavam nas casas dos sujeitos brancos que tinham condição financeira de manter um lugar privado nos condomínios de luxo da região, além de empregados para a realização das demandas da casa.

Dessa convivência, com o racismo escancarado nas relações sociais de poder, a condição de subalternidade em que os corpos negros são colocados em relação à figura do “patrão”, através da colonialidade do saber e do poder que rege nossos pensamentos e ações enquanto sociedade eurocêntrica e eurocentrada, é evidente. Neste contexto, perdem-se as forças para a realização dos rituais de jongo e demais práticas de reverência à ancestralidade.

Nos anos 1990, contudo, os processos de desterritorialização e conflitos fundiários em que estava envolvida a comunidade de Santa Rita do Bracuí evidenciaram

também processos de r-existência. A luta constante na permanência em seus territórios de vida, resistindo para existir diariamente, encontrou na ancestralidade, com elementos da memória oral e da etnicidade, alimentos para a construção de um senso de coletividade em torno da identidade quilombola. Motivada pela nova constituição brasileira que reconhecia a titulação de comunidades remanescentes de quilombos, a comunidade de Santa Rita do Bracuí retoma as forças através da organização em torno da ancestralidade e conquista em Março de 1999 o reconhecimento de comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares, um passo importante para a titulação de suas terras.

Como nos lembra Corrêa (2018), o fato de ainda não ser uma comunidade titulada torna sua situação semelhante à de centenas de quilombos ao redor do território brasileiro. Mesmo após a publicação do laudo antropológico e demarcação das fronteiras, a comunidade aguarda o andamento do processo de desapropriação.

Neste processo, em 2005 é fundada a Associação dos Remanescentes de Quilombo Santa Rita do Bracuí (Arquisabra), que concentra esforços na luta pela titulação e vem auxiliando a criação de estratégias pela comunidade através do jongo, das intervenções na escola municipal (localizada nos limites da comunidade), da tentativa inicial de turismo, dentre outras. Auxilia também no enfrentamento aos conflitos que ainda se fazem presentes na comunidade, consequência das perdas territoriais sofridas nas últimas décadas do século XX, como assinala Corrêa (2018).

No decorrer dos anos que se passaram neste século XXI, a comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí vem encontrando dilemas e conflitos em seu processo de territorialização. A organização comunitária em torno da identidade quilombola, certificada e em processo de titulação, possibilita maior mobilização frente aos embates.

Neste cenário, os dilemas e conflitos mais marcantes são aqueles vinculados ao laudo de demarcação territorial do INCRA, os conflitos hídricos envolvendo o rio Bracuí, além de conflitos que evidenciam o processo em curso de branqueamento do território, através da presença de imigrantes e da prática do racismo estrutural, enraizado na sociedade brasileira.

Em contrapartida, a comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí, em seus processos de r-existência, possui elementos inspiradores na luta pela terra/território, a saber: a organização em torno da ancestralidade na formação da identidade quilombola; a memória oral como elemento fundamental na formação territorial da comunidade; a retomada do jongo como prática cultural de matriz negra, importante na luta contra o

racismo e o branqueamento do território; a recuperação das roças com estratégia de luta territorial; além das ações na escola municipal.

No que diz respeito aos dilemas e conflitos no processo de territorialização da comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí, no decorrer do século XXI, segundo Corrêa (2018), o laudo de delimitação territorial produzido pelo INCRA é um dos mais relevantes. Isso porque refere-se a um documento que se transforma em ferramenta dos quilombolas, mas também apresenta dilemas para própria comunidade em seu processo de fortalecimento político e demarcação territorial.

Se nos apoiarmos naquilo que os integrantes da comunidade revelam, podemos assinalar que as linhas que constituem a delimitação da área demarcada não representam a territorialidade da comunidade remanescente quilombola de Santa Rita do Bracuí, pois a área de influência e apropriação vai muito além do que foi posto no documento. (Corrêa, 2018).

A fala de João⁴, quilombola da comunidade, é exemplar neste sentido:

“Então quando eu falo que a área reivindicada hoje é uma coisa, e o quilombo é outra coisa, não tô separando uma coisa da outra, estou dizendo, que, embora tenha áreas que não são reivindicadas, mas que tem reminiscência histórica, pode ser religiosa, engenho, uma coluna que serviu para alguma coisa, que está lá, e foi uma construção da época, da época que nosso povo era escravizado aqui, se têm isso, ela também pertence ao quilombo, porque desde que esteja dentro do território, dentro das terras que foram da fazenda Santa Rita, porque dentro dessas terras, dentro do quilombo, essas terras, não sei mais agora o numero de hectares, mas ela pegava de um ponto a outro, e era grande demais. Dentro do quilombo, das terras de fazenda Santa Rita, existem vários locais de reminiscências. Embora não estejam sendo reivindicados, ainda eram do quilombo, ainda são do quilombo.”

João continua, defendendo que por mais que não haja reivindicação por parte da comunidade para a apropriação das áreas com reminiscências históricas e símbolos da memória e ancestralidade dos quilombolas, os espaços afetivos com marcas do passado devem ser preservados. Isso independe do sujeito que detém a propriedade daquela terra.

⁴ Com o diálogo exercido em Janeiro de 2018, a fala de João foi retirada de (CORRÊA, 2018)

As terras que foram reivindicadas foram escolhidas para entrar no processo de regularização fundiária a favor da comunidade quilombola. Então quando eu falo que o território reivindicado é uma coisa, e o quilombo é outra, não estou separando (...) eu estou tentando agregar, aquelas partes que não são agregadas, mas que tem reminiscências é, dentro dá fazenda Santa Rita. Porque ficaria muito fácil o cara falar lá, porque tem monumento histórico, tem lá na Bracuí lá, igual tem aqui, que tem local lá que a gente não reivindicada mesmo tendo os pilares antigos, ai fica fácil o cara falar assim “eu posso tirar isso aqui, eu posso acabar com isso aqui porque os quilombolas não estão reivindicando” e não, aquilo tem importância sim, porque é o território enquanto terra da Santa Rita, isso tem importância, até porque, no decreto e na regularização do decreto, isso tem que ser preservado, entendeu? Esses monumentos históricos, essas coisas todinhas, têm que ser preservado, isso não pode acabar (...)

Portanto, João conclui ao afirmar que, na visão dos integrantes da comunidade,

“(...) a pessoa que ocupar essas áreas tem que ter consciência que os locais de reminiscência história têm que permanecer intacto (...).”

Assim, fica clara a noção que a comunidade tem da área e dos limites de seus territórios. Para os quilombolas de Santa Rita do Bracuí, a área da comunidade que foi deixada no testamento de José de Souza Breves recobria uma região muito maior que a delimitada no laudo do INCRA. Corrêa (2018) nos indica que a comunidade entende a perda dessas áreas como fruto da não regularização da terra no período pós-abolição, e que esse território ainda que não reivindicado continua sendo área do quilombo.

Marcas da ancestralidade e da memória afetiva dos quilombolas da comunidade são encontradas em boa parte do território que vai além daquele delimitado pelo INCRA. São Igrejas, o cemitério, antigas construções e outras formas de representação do território quilombola. Assim, Corrêa (2018) evidencia que ressaltar que o quilombo vai além da delimitação, implica ter consciência de que as memórias precisam ser preservadas, e os “imigrantes” que vivem nessas áreas não podem degradá-las.

Consequência das perdas territoriais de outrora e a ambiguidade da demarcação realizada pelo INCRA, a comunidade vive hoje com a presença de “imigrantes”,

caracterizados como moradores da região do quilombo de Santa Rita do Bracuí que não fazem parte da comunidade quilombola. A relação nem sempre harmoniosa entre as categorias sociais que habitam Bracuí é marcada pelas diferentes visões de mundo e gestão territorial. Segundo Corrêa (2018), a visão que a comunidade projeta sobre si e o território que ocupa é distinta da visão dos imigrantes, o que gera posicionamentos diferentes entre a ARQUISABRA e a Associação de Moradores do Bracuí.

Dessa forma, a falta de controle e influência sobre seus limites é fator fundamental no processo de territorialidade do grupo. No que se refere a demarcação, áreas de reminiscência histórica e usos tradicionais da comunidade ficaram de fora, resultando na perda do controle sob os espaços históricos da comunidade. Diretamente afetando a territorialidade do grupo, a perda de símbolos e da gestão plena do território são marcos do processo de branqueamento que atravessa a comunidade.

Os conflitos pelo uso do território, portanto, são estabelecidos entre os imigrantes e os integrantes da comunidade quilombola. Fruto da especulação imobiliária da região da Costa Verde e da chegada do progresso à região, que tem a BR-101 como símbolo, a comunidade negra convive com a inserção do contingente branco e imigrante nos territórios da comunidade. Como consequência deste processo, através de conflitos pelo uso da terra e da água, a comunidade revela o aumento da poluição do rio Bracuí, a perda de espaços de memória e as tentativas de embranquecimento do território por práticas racistas nas relações sociais da região. Ao colocar as práticas sócio territoriais dos quilombolas como inferiores, os imigrantes ignoram as formas de ser/estar no mundo da comunidade quilombola. O fazem na relação com os jovens negros da região, alvos de preconceito recorrente; nas formas de uso e gestão territorial, com a poluição dos rios e os conflitos pelo asfaltamento das estradas; na propriedade da terra, em um contexto em que deixa de ser bem comum e transmitido por acordos verbais e passa a ser reconhecida pelos documentos de propriedade. (Corrêa, 2018).

Marilda, liderança importante da comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí, em depoimento gravado em 2017, por Gabriel Corrêa, nos mostra como a relação com os imigrantes é marcada também pelo racismo:

“Ainda tem a questão do preconceito com os negros né? A porque não tem asfalto? É por causa dos negros, dos quilombolas que gostam de andar na lama. Então joga essa parte para o lado da cor da pele. Então, só porque a gente só não quer o asfalto, ou não quer alisar o cabelo, ou não quer isso, ou sei lá o que, ai joga pra cor da pele “Ah porque aqueles negros lá, os quilombolas”. Então tem essa visão do

preconceito, a gente ainda ouve muitas brincadeiras que eles dizem que é brincadeira, mas é uma brincadeira maldosa”

Nesse contexto, os muros e cercas tomam espaço e surgem na paisagem da região. Como forma de delimitar o que pertence a cada pessoa ou família, os muros e cercas representam a propriedade privada da terra. Marilda, integrante ativa da comunidade de Santa Rita do Bracuí, avalia que “as áreas com ausência de delimitação, consideradas como bens comuns, são invadidas por quem vem de fora. Estes possuem uma visão associada à propriedade privada, e dessa forma cercam as entradas, impedindo o acesso à cachoeira.” (Corrêa, 2018).

“Hoje você já vê mais cerca, porque pessoal cria o gado, e ele fica passando. Mas antes nem cerca tinha, as pessoas diferenciavam seu terreno do outro, por algum ponto, árvore, ou algo assim, e se tivesse um pedaço ficava pra qualquer um assim. Hoje não pode mais fazer isso, igual o moço ali, cercou a cachoeira que pertencia a nós, e agora ele cercou até em cima e disse que é dele. E ele disse “não tava cercado, eu comprei” e mostrou um papel dizendo que tinha comprado de alguém, e ele sabia que não era de ninguém, porque 2008 ele pediu pra comprar e eu disse que não vendia, até porque era beira de cachoeira onde o povo ia tomar banho, essas coisas assim, então não podia cercar né, era área de APP, mas as pessoas que vêm de fora não estão se importando com isso. (...) Mas tem gente que não, que chega cerca a cachoeira, é minha ninguém pode entrar, bota arame com eletricidade e ninguém pode entrar. Isso é uma diferença das pessoas de fora que não são daqui, pra gente a cachoeira não é minha, a cachoeira é nossa (...)” (Entrevista concedida por Marilda à Gabriel Corrêa em agosto de 2017)

A imagem 1 representa a forma como os muros são levantados para delimitar aquilo eu é privado e aquilo que não é. A noção de bem comum se esvazia com essas práticas e a comunidade quilombola enfrenta a fragmentação territorial.

Imagem 1: Muros erguidos no território quilombola



Fonte: Foto do acervo pessoal de Gabriel Siqueira, em 2018.

Segundo Marilda, nos últimos anos tem-se observado cada vez mais o aumento do desmatamento na região, acompanhado de ocupação, invasão e cercamento de vários acessos a espaços afetivos e de lazer, como é o caso dos poços e cachoeiras do rio Bracuí, áreas que, inclusive, são consideradas APP (Área de Proteção Permanente) e que, pela legislação, deveriam ser preservadas.

No que se refere ao rio Bracuí, sua existência é de suma importância para a comunidade e os conflitos em seu entorno são emblemáticos na luta pela permanência na terra. Relatos dos quilombolas explicitam que a continuidade da comunidade se dá até hoje pela disponibilidade de água com qualidade que captam do rio. Além disso, configura-se como área de lazer e representa a forma como as práticas da comunidade não afetaram negativamente o rio.

Imagem 2: Leito do rio Bracuí, área de bem comum na comunidade quilombola.



Fonte: Foto do acervo pessoal de Gabriel Corrêa, 2018.

Na atualidade, no contexto regional de crise hídrica, a bacia do rio Bracuí tem sido estudada para a implementação de uma barragem, cuja função seria auxiliar no abastecimento de municípios da Costa Verde, como Angra dos Reis. Organizada em torno da identidade quilombola e em processo de titulação, a comunidade enfrenta o projeto e se opõe a construção da barragem. Segundo Corrêa (2018), é importante refletirmos sobre até que ponto a prefeitura respeita a autonomia da comunidade na gestão do território, e no mesmo caminho, até que ponto o fato de ser uma comunidade negra, e não um condomínio de luxo, afeta nas intervenções realizadas por ela.

Hoje, o espaço em que está a comunidade remanescente de quilombo de Santa Rita do Bracuí é somente parte do perímetro que compreendia a propriedade do fazendeiro José de Souza Breves. Localizada a pouco mais de 15 quilômetros da entrada principal de Angra dos Reis pela BR 101, a comunidade vem criando estratégias de re-existência através de práticas culturais, agrícolas, de ensino, turismo e fortalecimento da ancestralidade pela memória oral, visando reprodução da comunidade e titulação de suas terras. No entanto, como vimos anteriormente, os conflitos ainda estão na ordem do dia da comunidade, consequência das perdas territoriais dos últimos anos do século XX. (Corrêa, 2018).

A população da comunidade é majoritariamente negra, mas o fato de serem permitidos casamentos interétnicos possibilita a presença de brancos. Os marcos da formação da identidade coletiva da comunidade ainda fazem parte do cotidiano das pessoas, expressos nos corpos, nas subjetividades e nas ações concretas dos

quilombolas de Santa Rita do Bracuí. Segundo Corrêa (2018), apoiado em Mattos (2009), os principais marcos são: o processo de formação a partir do tráfico atlântico; o processo comum de escravização; a territorialização e o contexto de luta pela terra; a tradição histórica oral produzida no interior do grupo, como método de transmissão de memória; a defesa do patrimônio imemorial, a partir principalmente das lutas por expressões culturais e o jongo; e a construção do território sob uma perspectiva simbólica e social, constituída por práticas comunitárias e expressas pelo grupo.

Dessa identidade coletiva, expressa no termo “quilombola”, a comunidade de Santa Rita do Bracuí, como vimos, é atravessada por conflitos territoriais. No entanto, os elementos formadores da identidade coletiva somados às estratégias de r-existência evidenciam a experiência inspiradora que é a comunidade no que se refere à luta pelo acesso à terra e ao território na América do Sul.

São as práticas cotidianas frente às pressões constantes, através de estratégias para a permanência do território, que caracterizam a comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí. Como assinala Corrêa (2018), as formas e práticas de resistência, mobilizadas em estratégias territoriais, configuram-se como práticas de r-existência, através de práticas e estratégias que garantem a continuidade do grupo no território.

Nesse sentido, a organização em torno da ancestralidade na formação da identidade quilombola e a memória oral, enquanto elemento fundamental na formação territorial da comunidade, são características da comunidade que somam ao qualificar como inspiradora sua experiência de luta pelo acesso à terra.

Sob a perspectiva do *Conviver Habitando*, a comunidade tem uma organização em torno da ancestralidade para a luta territorial. O auto reconhecimento da identidade quilombola se dá através da memória oral, que passa, de geração em geração, os valores da resistência frente aos conflitos territoriais e o embranquecimento do território. Com os “imigrantes” e o trabalho diário muitas vezes realizado fora da comunidade, a memória oral e a ancestralidade são fundamentais para a manutenção da identidade coletiva e na permanência em seus territórios de vida, bem como na garantia da reprodução material e simbólica da vida.

Nesta perspectiva, Marilda de Souza Francisco, mulher e liderança ativa da comunidade, é a maior representação da memória oral no Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Uma das diretoras da ARQUISABRA, Marilda exerce papel vital nas relações internas da comunidade em que é reconhecida pelos moradores como uma liderança, e também nas relações externas. Além de receber pesquisadores e pesquisadoras em sua residência, observam-se em sua área elementos territoriais que remetem a várias características do quilombo, tais como a agrofloresta, plantação de mudas de palmito Jussara, placas da história da comunidade, a mandala onde são cultivados diversos legumes e hortaliças, criação de animais, além de uma trilha por onde ela caminha com os visitantes, contando a história da região e da comunidade.

Marilda exerce ainda papel fundamental na Escola Municipal Áurea Pires da Gama, localizada na entrada do território da comunidade, nos limites da BR - 101. Funcionária da escola, Marilda possui uma visão que contempla a educação como uma

das principais estratégias de r-existência do quilombo. Segundo Corrêa (2018), durante todos os anos trabalhados na escola ela exerceu um papel de elo entre a comunidade escolar (diretores, professores, funcionários, alunos e até prefeitura e secretaria de educação) e a comunidade Remanescente de quilombo de Santa Rita do Bracuí.

Importante na permanência da memória oral na comunidade, Marilda é reconhecida politicamente em Angra dos Reis e ganhou diversas homenagens pelo seu papel na luta pelos direitos sociais, e pela sua atuação contínua na escola. Apoiados em Corrêa (2018), podemos afirmar que Marilda atua não só na defesa da comunidade, mas representa um projeto político educacional popular e comunitário, resgatando elementos clássicos da educação popular, e criando possibilidades para uma educação voltada para experiência e formação humana.

Como expressão da relevância da ancestralidade e da memória oral na comunidade, o Jongo aparece como elemento fundamental e sua retomada enquanto prática cultural na comunidade é importante na luta pela terra e a permanência da comunidade de Santa Rita do Bracuí, assim como na luta contra o racismo e o branqueamento do território.

comunidade é responsável pelo resgate cultural do Jongo como forma de manifestação identitária e pelo seu resgate em diversas outras comunidades quilombolas na região, chegando a ser conhecida como Comunidade de Resistência Jongueira. Em Santa Rita do Bracuí, o jongo é tido como um pedaço da África, como memória e ancestralidade, e funciona como elemento agregador no presente e fornece esperança para o futuro.

Sobre o sentido atribuído ao Jongo, uma das lideranças políticas que integra a Associação dos Remanescentes do Quilombo de Santa Rita do Bracuí – Arquisabra - avalia que para se falar do jongo é preciso falar do significado de comunidade:

“[...] a comunidade quilombola pra mim, na minha cabeça, quando os nossos antepassados foram sequestrados, eles sabiam que não voltariam pra lá. Então, eles deixaram pra nós essa herança, esse território, deixaram um pedacinho daquela África pra nós. [...] Esse aprendizado, essa cultura, esse modo de pensar que a gente tem no quilombo. E o jongo está incluso nisso.”

E continua, abordando a relação do jongo com o território e a ancestralidade, passada através da memória oral - elementos fundamentais na luta pelo território em Santa Rita do Bracuí:

“Pra mim, o jongo é o território; pra mim, o jongo é saudar os antepassados. Pra mim, o jongo é agradecer a esses antepassados por eu ter uma raiz, por eu ter uma memória. o jongo é um bem maior, uma preciosidade que foi deixada pra nós pra gente tá sempre lembrando daqueles que se foram, daqueles que estão, e dos que estão por vir, pra que a luta nunca morra, pra nunca esquecermos quem fomos e quem nós vamos ser.”

Nesta miríade de elementos inspiradores, a recuperação das roças é um fator relevante. No que se refere a agricultura, a comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí, por contar com uma população que trabalha, majoritariamente, fora do território, pouco desenvolveu a prática agrícola como modo de sobrevivência. No entanto, parte das famílias ainda mantém sistemas de agricultura, na forma das roças, em suas propriedades.

Na casa de Marilda e Valmir, na margem do rio Bracuí, há um sistema agrícola em forma de mandala que produz verduras, hortaliças e conta com um galinheiro ao centro, repleto de galos e galinhas e a garantia de ovos diários, como vemos na imagem 3.

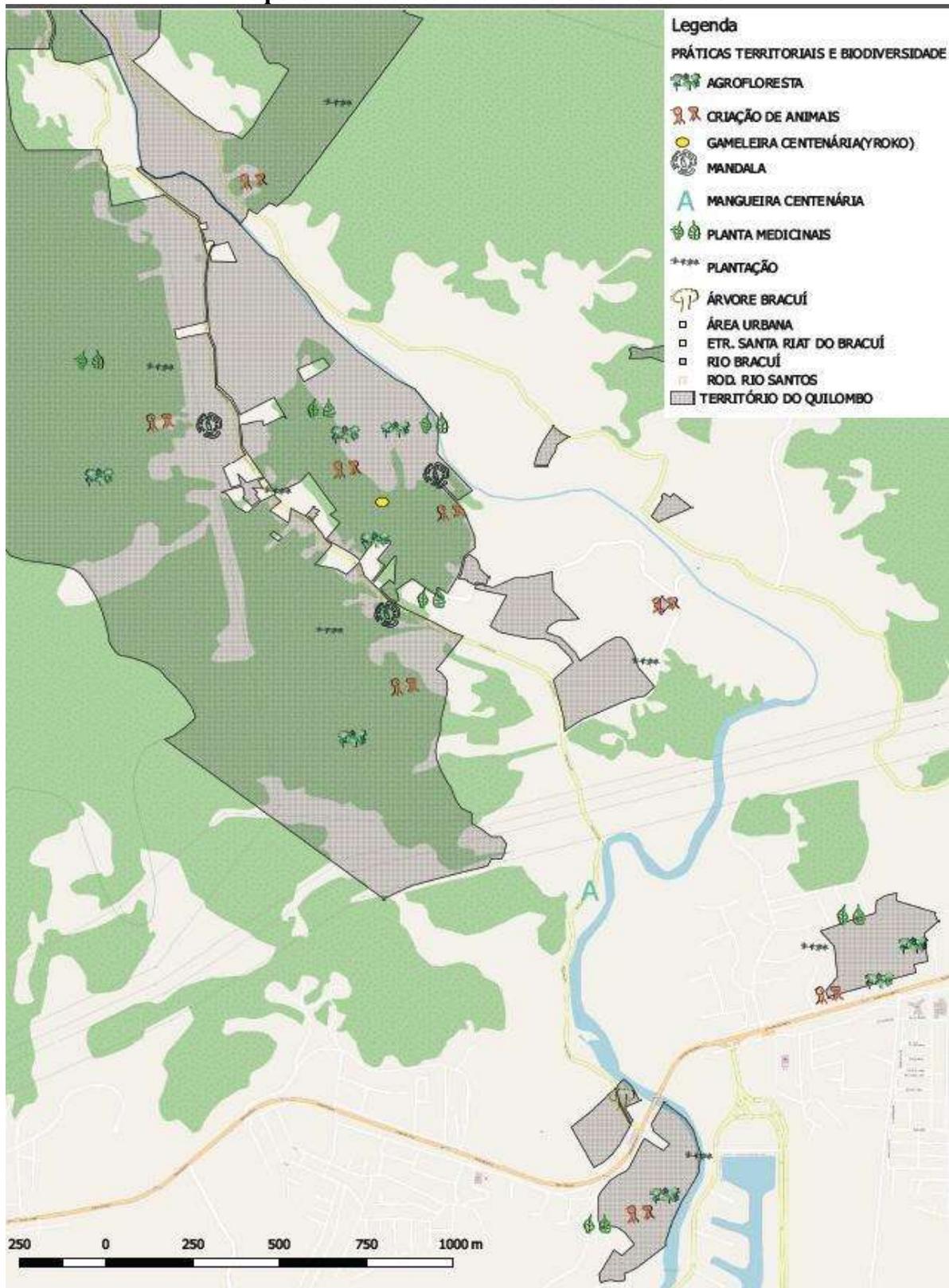
Imagem 4: Sistema agrícola em forma de Mandala em uma das roças da comunidade.



Fonte: Foto do acervo pessoal de Gabriel Corrêa, 2018.

As práticas tradicionais de uso da terra, vinculadas ao manejo ou uso de recursos e a presença da biodiversidade são traços comuns em distintas comunidades quilombolas que tem na convivência com a natureza uma relação de harmonia. Dessa forma inúmeras comunidades se encontram em áreas de proteção ambiental, com grande biodiversidade e conhecimento profundo da etnobotânica. Em Santa Rita do Bracuí é possível observar vários elementos que estão relacionados a práticas territoriais, e produção de alimentos, além da biodiversidade associada a traços e símbolos do grupo, como podemos ver no mapa 3.

Mapa 3: Práticas territoriais e biodiversidade



Fonte: Elaborado por Gabriel Corrêa, 2018.

A manutenção e recuperação das roças da comunidade é uma prática que carrega grande importância e pode ser encarada como um elemento de reterritorialização do grupo, associada ao saber sobre a terra dos moradores mais antigos. No caso da Comunidade de Santa Rita do Bracuí esse é um dos elementos que aparece como símbolo de existência da comunidade, à medida que através das roças há troca de saberes e autonomia alimentar.

É uma prática que envolve uma profunda relação da comunidade com a natureza, construída em séculos de convívio, que se caracteriza pelo domínio dos conhecimentos da biodiversidade local, definindo limites entre as práticas comunitárias quilombolas e as práticas da agricultura convencional. Além disso, a prática contribui de maneira decisiva na manutenção do território. São formas de garantir a comida e a cura e, para além disso, o território e a própria organização da comunidade.

Segundo o *Lauda Agroambiental* cerca de 45% dos moradores ainda mantêm roças, grandes ou pequenas, em suas propriedades. Essa é uma das práticas que caracteriza o uso tradicional das terras quilombolas e, portanto, é instrumento da luta pela demarcação do território quilombola: onde há roça de quilombola, há território quilombola.

Ademais, a prática mantém certas características que dão forma à comunidade, podendo ser entendidos como elos de uma só corrente. A diversidade da produção é um desses elos. Além dos gêneros principais como aipim, milho e cana, são cultivadas as agroflorestas nas quais encontram-se jaca, coco, cacau, limão, abacaxi, goiaba, laranja, banana, juçara e pupunha, além de hortaliças diversas. Outro desses elos é preservação e recuperação da degradação das terras, como mostra o trabalho de cartografia participativa, promovido junto à comunidade por Gabriel Corrêa (2018). Na imagem 4, podemos visualizar como a comunidade percebia a monocultura no período de auge da produção de banana, interrompida no período da construção da BR - 101.

Os mapas produzidos pela comunidades sobre seu passado mostram o território preenchido por dois grandes monocultivos que dominavam as terras da região, a cana e a banana. Essas práticas de monocultura produzidas para o mercado, principalmente para exportação, degradam o solo da região. Mesmo assim, muitas roças permaneceram em quintais, nos quais a diversidade se manteve. A decadência da produção da cana e, posteriormente, da banana, possibilitou a recuperação das roças como forma de melhoria na qualidade do solo, além de ter sido desenvolvida através das práticas e conhecimentos preservados nas roças de quintais e projetos em parceria com outras instituições.

Imagem 5: Mapa do Passado da Comunidade Quilombola Santa Rita do Bracuí



Fonte: Acervo Pessoal de Gabriel Siqueira

Corrêa (2018) nos indica que, no processo de mapeamento, foi possível perceber que muitos moradores da comunidade agiram na recuperação do solo e continuaram suas produções, seja através de roças e/ou da agricultura ecológica. Isso acontece tanto em pequena escala, em casa de moradores que plantam pequenas hortas no quintal, como nas áreas das famílias mais antigas que ainda possuem hectares maiores com possibilidade para destinar uma grande área para plantio. Existem áreas mais amplas que combinam diversas árvores frutíferas que dão jaca, coco, cacau, limão, abacaxi, goiaba, laranja, banana, entre outros.

Imagem 5: Quilombolas do Bracuí e o resultados da cartografia participativa



Fonte: Acervo Pessoal de Gabriel Siqueira

Outro desses elos é o cultivo de hortas medicinais, onde o sentido do cuidado ganha ainda mais força. Nas roças de quintais cultivam-se também as plantas medicinais, o que aponta para uma diversidade ainda maior que inclui, além da alimentação, a cura. As roças e o saber imanente ao seu cultivo, preservado e desenvolvido na comunidade Santa Rita do Bracuí, existem como elementos de unidade da comunidade e como forma de afirmação territorial. Além disso, revelam uma forma de viver que se contrapõe às formas dominadas pela lógica da indústria alimentícia e farmacêutica, reforçando sua importância como forma inspiradora de se viver.

Assim, em um movimento de recuperar as roças, recupera-se também o convívio e o habitat da comunidade, reafirmam-se os laços entre os habitantes, que se refletem no exterior através da luta pela delimitação territorial da comunidade quilombola.

A Comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí é considerada, portanto, uma experiência inspiradora na luta pelo acesso à terra e ao território na América do Sul na atualidade, por conta da forma como a comunidade se articula em torno da ancestralidade e da memória oral para re-existir frente aos conflitos territoriais, através de elementos inspiradores como a prática cultural do jongo, a recuperação das roças e a organização comunitária baseada na identidade quilombola frente aos processos racistas de branqueamento do território.

Linha do Tempo

	Criação da Rodovia BR - 101		Fundação da ARQUISABRA		Mandalas agrícolas - Recuperação das roças
Finals de XIX	1970	1999	2005	2000	2018
Doação das terras pelo Fazendeiro proprietário José de Souza Breves.		Certificação da Comunidade pela Fundação Cultural Palmares		Conflitos Territoriais: Muros delimitando propriedades privadas	

Referências Bibliográficas:

- CORRÊA, G. S. Estratégias de territorialização e r-existência da Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí/Angra dos Reis. Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, para defesa do grau de Doutor em Geografia. São Gonçalo, 2018.
- Perfil Técnico das Comunidades Quilombolas do Sul Fluminense: http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/projeto_atividades/img/Editora%C3%A7%C3%A3o%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf
- Memória das Comunidades Quilombolas do SUL-Fluminense:

http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276796963_ARQUIVO_CarolineReis-Anpuh.pdf

- Jongo e Educação Quilombola

<http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n160/1980-5314-cp-46-160-00484.pdf>

- Observatório Quilombola

<http://koinonia.org.br/atlasquilombola/comunidades/rj/santa-rita-do-bracui/1127/>

- Lista de comunidades quilombolas certificada rj - FCP

<http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-rj.pdf>

http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551

: Pedro Catanzaro da Rocha Leão, Danilo Cuin e Gabriel Corrêa